

HISTÓRIA DA INFÂNCIA: REFLEXÕES ACERCA DE ALGUMAS CONCEPÇÕES CORRENTES

Rita de Cássia Luiz da Rocha¹
UNICENTRO, Guarapuava-Paraná

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre algumas idéias do historiador Philippe Ariès, que, através de pesquisa realizada utilizando como fonte historiográfica a iconografia religiosa e leiga da Idade Média, aponta que a construção do sentimento de amor pelas crianças foi, durante muitos séculos, despercebido, sufocado, chegando mesmo a não existir. Sua tese indica o surgimento da noção de infância apenas no século XVII, junto com as transformações que começam a se processar na transição para a sociedade moderna. Na história da construção do sentimento de infância, retratada pelo autor, percebe-se que a trajetória da criança é marcada pela discriminação, marginalização e exploração. Tais premissas podem ter seu contraponto através de autores como Moysés Kuhlmann Jr., Jacques Gélis, Daniele Alexandre-Bidón e Pierre Richè, que apontam os limites dessa tese e encaminham uma discussão que revela a existência social da criança, dentro de espaços sociais como a família e a escola, antes mesmo do século XVII. Discuto, partindo das reflexões dos autores revisados, a construção de uma concepção de infância que ressalta a importância da criança nas relações sociais ainda na Idade Média.

Palavras-chave: história da infância; conceito de criança; educação infantil.

Abstract: The objective of this paper has been to appraise the thought of historian Philippe Ariès, whose research using the religious and lay iconography of the Middle Ages as a source for historiography, indicates that the construction of the feeling of love by children was unnoticed, suffocated, and even non-existent for several centuries. Ariès argues that the notion of childhood appeared

¹ Este trabalho integra as reflexões que estão sendo feitas no encaminhamento da pesquisa de monografia de final de curso, sob orientação da Professora Ms. Magda Sarat de Oliveira, do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO, discutindo a história da criança e da educação infantil.

only in the 17th century, along with the changes in the process of transition into modern society. The author's portrayal of the history of the construction of the feeling of childhood shows that the child's path is marked by discrimination, exclusion and exploitation. Other theoreticians such as Moysés Kuhlmann Jr., Jacques Gélis, Daniele Bidón and Pierre Riché have pointed out the limitations of Ariès's thesis, and argued that children did have an existence within social spaces such as the family and school even before the 17th century. By drawing on the reviewed authors, I have discussed the construction of a conception of childhood that emphasizes the child's importance in the social relations as early as the Middle Ages.

Key words: history of infancy; the concept of childhood; education.

Resgatar os antecedentes históricos da infância é dar voz a diferentes documentos hoje pesquisados e que em determinados períodos testemunharam o papel da criança na sociedade. Reis, padres, professores, pais, mães, vizinhos, gente rica, gente pobre são porta-vozes da construção da infância no passado e continuam a ser no presente. Ou seja, a concepção de criança é vivida e apreendida a partir das construções feitas pelos adultos, nas quais, muitas vezes, a criança não pode discursar, defender-se ou falar sobre si mesma. Se pudéssemos dar voz às crianças que estão nas casas, ruas, instituições, buscando a construção de sua própria história, é possível que elas nos relatem situações que envolvem sentimentos e sensações diferentes da perspectiva do adulto.

Sabemos que a história da criança é registrada a partir do olhar dos adultos, pois a criança não pode registrar sua própria história. Se fosse o caso de darmos voz a essas crianças, certamente ouviríamos histórias de crianças relatando momentos de alegria, encontrados no amor da família, no direito respeitado, nos espaços para brincadeiras, enfim, nos encantos de sua vida, a partir da vivência de situações agradáveis e felizes. Por outro lado, ouviríamos, também, histórias de incompreensões sofridas, tristezas, atos de injustiça, violência física e moral, desamparo, enfim, os desencantos com a vida a que um grupo grande de crianças está exposto. Diante disso, temos uma indicação de que a infância não acontece da mesma forma para todas as crianças e as histórias se diversificam a cada experiência.

A visão sobre a infância, atualmente, como um período específico pelo qual todos passam é uma construção definida no momento presente. A questão de que todos os indivíduos nascem bebês e serão crianças até um determinado período, independente da condição vivida, é inegável, entretanto, tal premissa nem sempre foi percebida dessa maneira e por diversos períodos se questionou qual era o tempo da infância e quem era a criança.

O pesquisador francês Philippe Ariès, em sua obra *História Social da Criança e da Família*, publicada em 1960, vai apontar que o conceito ou a idéia que se tem da infância foi sendo historicamente construído e que a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura.

Nesse sentido, a história da infância surge como possibilidade para muitas reflexões sobre a forma como entendemos e nos relacionamos atualmente com a criança. Assim, gostaríamos de discutir a respeito da construção do conceito de infância a partir de duas perspectivas: a de Philippe Ariès, de que o sentimento da infância teria surgido apenas na Modernidade, e dos apontamentos teóricos de Moysés Kuhlmann Jr., Jacques Gélis, Daniele Alexandre-Bidón e Pierre Riché, que, em suas pesquisas, indicam a presença de uma preocupação com as crianças em períodos anteriores, como a Idade Média.

A discussão sobre a importância e o surgimento da infância está presente em pesquisas no campo da História, Sociologia, Filosofia, Psicologia, Biologia, Antropologia, Arqueologia, entre outras, sendo possível o entrelaçamento de diferentes olhares e autores, entre eles, FARIA (1999), DEL PRIORE (1996-1999), KISHIMOTO (1988), FREITAS (1997), BADINTER (1985), POSTMAN (1999), MONARCA (2001), ROSEMBERG (1995), GAGNEBIN (1997), ABRAMOVICH (1983), CORAZZA (2000) e tantos outros que vêm contribuindo para enriquecer o conhecimento sobre a questão. Justificasse, portanto, considerá-la como essencial para todos nós que trabalhamos com crianças em diversas instituições de atendimento.

ARIÈS é considerado o precursor da história da infância, pois foi através de estudos realizados por ele com variadas fontes, como a iconografia religiosa e leiga, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, que surgem os primeiros trabalhos na área de história, apontando para o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII. Baseando-se na história das mentalidades², ARIÈS (1981, p. 26) afirma:

(...) é sempre, quer ou não, uma história comparativa e regressiva. Partimos necessariamente do que sabemos sobre o comportamento do homem de hoje, como de um modelo ao qual comparamos os dados do passado – com, a condição de, a seguir, considerar o modelo novo, construído com o auxílio dos dados do passado, como uma segunda origem, e descer novamente até o presente, modificando a imagem ingênua que tínhamos no início.

² Ainda que DURKHEIM e MAUSS tenham empregado ocasionalmente o termo, foi o livro de Lévi-BRUHL, *La mentalité primitive* (1922), que o lançou na França. Assim mesmo, apesar de ter lido Lévi-BRUHL, Marc BLOCH preferiu descrever seu *Les Rois Thaumaturges* (1924), hoje reconhecido como uma obra pioneira na história das mentalidades, como uma história de *representações coletivas* (termo proferido por DURKHEIM), *representações mentais*, ou mesmo *ilusões coletivas*. Nos anos 30, FEBVRE introduziu o vocábulo *instrumental intelectual*, mas não obteve grande sucesso. Foi Georges LEFEBVRE, um historiador situado nos limites do grupo dos *Annales*, que cunhou a frase *história das mentalidades coletivas*. (BURKE, 1997, p. 131).

A história da criança contada por Philippe Ariès

No período de grandes transformações históricas, no caso, do século XII ao XVII, foco de localização de sua pesquisa, a infância tomou diferentes conotações dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, de acordo com cada período histórico. A criança seria vista como substituível, como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta e tornava-se útil na economia familiar, realizando tarefas, imitando seus pais e suas mães, acompanhado-os em seus ofícios, cumprindo, assim, seu papel perante a coletividade.

Com relação às idades da vida humana, a pesquisa de ARIÈS aponta que a forma de representar a cronologia humana passou por várias mudanças, indicando diferentes formas de representar esses períodos. Tais representações utilizariam principalmente os elementos da natureza, estudo dos astros, aspectos das crenças populares, fenômenos naturais e sobrenaturais, os quais faziam parte de um contexto governado pelas leis da teologia, enfatizando uma visão mística. Dessa forma, as representações da idade do homem pareciam abstratas, além disso, muitos morriam antes de percorrer todos os ciclos da vida. No caso da infância propriamente dita, o autor, partindo de relatos e textos dos séculos XII ao XVIII, demonstra que as pessoas definiam a idade da criança como “... a primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras...” (ARIÈS, 1981, p. 36).

Nessa perspectiva, a fase da infância seria caracterizada pela ausência da fala e de comportamentos esperados, considerados como manifestações “irracionais”. A questão da ausência da racionalidade também é apontada por PLATÃO, SANTO AGOSTINHO e DESCARTES (GANEBIN, 1997). Nesse sentido, a infância se contrapõe à vida adulta, pois os comportamentos considerados “racionais”, ou providos da *razão*, seriam encontrados apenas no indivíduo adulto, identificando, assim, o adulto como o homem que pensa, raciocina e age, com capacidade para alterar o mundo que o cerca; tal capacidade não seria possível às crianças.

Observa-se que a passagem da vida infantil para a vida adulta seria uma condição a ser superada: “... a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade...” (ARIÈS, 1981, p. 10). A infância nesse contexto seria comparada à velhice, pois se, de um lado, temos a infância constituída pela falta de razão, por outro, teríamos a velhice marcada pela senilidade “... porque as pessoas velhas já não têm os sentidos tão bons como já tiveram, e caducam em sua velhice (...) o velho está sempre tossindo, escarrando e sujando...” (ARIÈS, 1981, p. 37). As demais idades, no caso, a juventude e a vida adulta, caracterizar-se-iam pela sua força, virilidade e principalmente pelas funções produtivas dentro da vida social e coletiva. Entende-se que foi uma época

voltada ao poder da juventude. Considerando essa questão, percebemos que, ainda hoje, na nossa sociedade, essa situação é recorrente, à medida que há uma ênfase na valorização do indivíduo produtivo, excluindo-se crianças e idosos de diversos setores e espaços sociais.

Assim, a história da criança contada por ARIÈS, destaca que as crianças foram tratadas como adultos em miniatura: na sua maneira de vestir-se, na participação ativa em reuniões, festas e danças. Os adultos se relacionavam com as crianças sem discriminações, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras, todos os tipos de assuntos eram discutidos na sua frente, inclusive a participação em jogos sexuais. Isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças: “... no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido...” (ARIÈS, 1981, p. 51).

Dessa forma, as crianças eram submetidas e preparadas para suas funções dentro da organização social. O desenvolvimento das suas capacidades se dá a partir das relações que mantêm com os mais velhos. Portanto, percebe-se uma distância da idade adulta e da infância em perspectiva cronológica e de desenvolvimento biológico, pois a infância é retratada pelas afinidades que o adulto estabelece com a criança, ou seja, tudo era permitido, realizado e discutido na sua presença.

O autor destaca, ainda, que foram séculos de altos índices de mortalidade e de práticas de infanticídio. As crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos, na intenção de conseguir um espécime melhor, mais saudável, mais forte que correspondesse às expectativas dos pais e de uma sociedade que estava organizada em torno dessa perspectiva utilitária da infância. O sentimento de amor materno não existia, segundo o autor, como uma referência à afetividade. A família era social e não sentimental. Nessa passagem, é possível apreender tal idéia: “...uma vizinha, mulher de um relator, tranquilizar assim uma mulher inquieta, mãe de cinco ‘pestes’, e que acabara de dar à luz: ‘Antes que eles te possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos’...” (ARIÈS, 1981, p. 56). Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade. Outra característica da época era entregar a criança para que outra família a educasse. O retorno para casa se dava aos sete anos, se sobrevivesse. Nesta idade, estaria apta para ser inserida na vida da família e no trabalho.

Nesse contexto, as mudanças com relação ao cuidado com a criança, só vêm ocorrer mais tarde, no século XVII, com a interferência dos poderes públicos e com a preocupação da Igreja em não aceitar passivamente o infanticídio, antes secretamente tolerado. Preservar e cuidar das crianças seria um trabalho realizado exclusivamente pelas mulheres, no caso, as amas e parteiras, que agiriam como protetoras dos bebês, criando uma nova concepção sobre a manutenção da vida infantil, “...como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa

importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes...” (ARIÈS, 1981, p. 61).

Dessa forma, surgiram medidas para salvar as crianças. As condições de higiene foram melhoradas e a preocupação com a saúde das crianças fez com que os pais não aceitassem perdê-las com naturalidade. No século XIV, devido ao grande movimento da religiosidade cristã, surge a criança mística ou criança anjo; “...essa imagem da criança associada ao Menino Jesus ou Virgem Maria, causa consternação, ternura nas pessoas.” (OLIVEIRA, 1999, p. 22).

A representação da criança mística, aos poucos, vai se transformando, assim como as relações familiares. A mudança cultural, influenciada por todas as transformações sociais, políticas e econômicas que a sociedade vem sofrendo, aponta para mudanças no interior da família e das relações estabelecidas entre pais e filhos. A criança passa a ser educada pela própria família, o que fez com que se despertasse um novo sentimento por ela. ARIÈS caracteriza esse momento como o surgimento do “sentimento de infância”, que será constituído por dois momentos, chamados por ele de *paparicação* e *apego*.

A *paparicação* seria um sentimento despertado pela beleza, ingenuidade e graciosidade da criança. E isto fez com que os adultos se aproximassem cada vez mais dos filhos. Assim, os gracejos das crianças eram mostrados a outros adultos, fazendo da criança uma espécie de distração, tornando-se “*bichinhos de estimação*”, como cita ARIÈS (1981, p. 68): “...ela fala de um modo engraçado: e *titota, tetita y totata...*” e (...) “eu a amo muito” (...) ela faz cem pequenas coisinhas: faz carinhos, bate, faz o sinal da cruz, pede desculpas, faz reverência, beija a mão, sacode os ombros, dança, agrada, segura o queixo: enfim, ela é bonita em tudo o que faz. Distraio-me com ela horas a fio...”.

Por essa necessidade de manter uma pessoa provida de tanta beleza e graça, surgem medidas para salvá-la e garantir sua sobrevivência. As condições de higiene foram melhoradas e a preocupação com a saúde das crianças fez com os pais não aceitassem perder seus filhos com naturalidade e, os que perdiam, aceitavam como sendo a vontade de Deus, segundo a orientação religiosa da época.

Este sentimento, despertado primeiramente nas mulheres, não era compartilhado por todas as pessoas; algumas ficavam irritadas com a nova forma de tratar as crianças. ARIÈS cita, em suas referências, a hostilidade de MONTAIGNE com o novo comportamento adotado: “...não posso conceber essa paixão que faz com as pessoas beijem as crianças recém-nascidas, que não têm ainda movimento na alma, nem forma reconhecível no corpo pela qual se possam tornar amáveis, e nunca permiti de boa vontade que elas fossem alimentadas na minha frente...” (MONTAIGNE³, apud ARIÈS, 1981, p. 159).

O sentimento de *apego* surge a partir do século XVII, como uma manifestação da sociedade contra a *paparicação* da criança, e propõe separá-la do adulto para educá-la nos costumes e na disciplina, dentro de uma visão mais racional.

³ MONTAIGNE, M. Da afeição dos pais pelos filhos. In: *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1994.

Assim, foi dentro desse contexto moral que a educação das crianças foi inspirada, através do posicionamento de moralistas e educadores e, principalmente, com o surgimento da família nuclear gerada dentro dos padrões da cúria: o modelo de família conservadora, símbolo da continuidade parental e patriarcal que marca a relação pai, mãe e criança. A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais comesçassem, então, a encarregar-se de seus filhos. Conseqüentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. Tal concepção de indivíduo que aparece faz com que a criança seja alvo do controle familiar ou do grupo social em que ela está inserida.

Com o surgimento desse “novo homem”, “moderno”, aparecem também as primeiras instituições educacionais, permitindo a concepção de que os adultos “compreenderam a particularidade da infância e a importância tanto moral como social e metódica das crianças em instituições especiais, adaptadas a essas finalidades...” (ARIÈS, 1981, p. 193).

Com a evolução nas relações sociais que se estabelecem na Idade Moderna, a criança passa a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade. A nova percepção e organização social fizeram com que os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, fossem fortalecidos. A partir deste momento, a criança começa a ser vista como indivíduo social, dentro da coletividade, e a família tem grande preocupação com sua saúde e sua educação. Tais elementos são fatores imprescindíveis para a mudança de toda a relação social.

Um olhar diferente sobre a infância de Ariès

Não podemos negar a contribuição de Phillipe ARIÈS à história da criança e a indicação de que ela só aparece na Idade Moderna, no entanto, contrapondo-se a essa proposição, Moysés KUHLMANN JR., em sua obra *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*, referenciada por Pierre RICHE e Daniele ALEXANDRE-BIDON, além de Jacques GÉLIS, aponta novas re-interpretações em suas pesquisas procurando a infância em períodos anteriores.

Esses autores, dando voz a diferentes documentos históricos, consideram que a percepção da infância pelos adultos existia em idades mais remotas, ou seja, havia a preocupação com a sobrevivência da criança, com a sua educação, sua religiosidade, os cuidados com o seu corpo, com sua alimentação, enfim, com uma época de aprendizagens, com brinquedos, roupas e construção de móveis e objetos apropriados à criança.

Esse cruzamento de olhares nos leva a pensar em outras perspectivas sobre a concepção da infância. KUHLMANN JR. (1998, p. 22) nos dá pistas para compreendermos o período quando ele diz: “O sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média, como estudos posteriores mostraram. Em livros

escritos pelos historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon (...), fartamente ilustrados com pinturas e objetos, arrolam-se os mais variados testemunhos da existência de um sentimento da especificidade da infância naquela época.”

KUHLMANN JR. salienta que a construção da infância de ARIÈS é uma percepção generalizante e linear, pois sua pesquisa fundamenta-se em fontes de famílias abastadas e o historiador francês pressupõe que o sentimento do amor pelas crianças surge primeiramente no interior dessas famílias, principalmente a partir da particularização da educação de filhos homens. Ficaram à margem as fontes históricas populares, com poucos registros da sua infância, devido à precariedade das condições econômicas.

Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo uma certa identidade com as perspectivas da história vista de baixo, a história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença interior nas relações sociais. Embora reconhecendo o papel preponderante que os setores dominantes exercem sobre a vida social, as fontes disponíveis, como, por exemplo, o diário de Luís XIII, utilizado por Ariès, geralmente favorecem a interpretação de que essas camadas sociais teriam monopolizado a condução do processo de promoção do respeito à criança. (KUHLMANN JR, 1998, p. 24).

Neste sentido, percebe-se que a história apontada por ARIÈS é uma história de meninos ricos, confirmando uma educação diferenciada às duas infâncias, da criança rica para a criança pobre. Por um lado, temos a criança rica, evidenciada principalmente na particularização da educação de meninos, enclausurados num espaço íntimo com sua família, ocupados com aprendizagens para a vida social, com regras de etiqueta e de moralidade que deveriam saber e seguir, bem como a aprendizagem de música, dança, leitura e a utilização de roupas adequadas às características da criança. Temos também os chamados “precoces” ou “prodígios” por uma elite que acelerava o desenvolvimento de seus filhos homens, para fazer demonstrações de seus dotes.

Por outro lado, é possível inferir a existência da infância pobre percebida nas crianças do povo, filhos de camponeses e artesões, vivendo em espaços compartilhados com todos, participando das conversas com os adultos, nas praças com seus folguedos infantis, nas reuniões noturnas, sem modos e talvez vestidas como adultos. Esta caracterização das crianças do povo como indivíduos sem modos, livres, com comportamentos inadequados, deve-se ao fato de que o conceito de pudor e vergonha são valores que foram sendo construídos a partir das relações das famílias abastadas, sendo uma relação que se constrói verticalmente das classes altas para as baixas. Todavia, isso não quer dizer que o sentimento ou a educação, mesmo informal, das crianças pobres não existisse.

Portanto, as aprendizagens ocorriam nas famílias de todas as crianças, pobres e ricas, e a cultura dessas duas infâncias tem como parâmetro os laços com o mundo dos

adultos, possibilitado, principalmente, pela liberdade em espaços compartilhados; a criança presenciava experiências que resultavam dessas relações: aprendia convivendo.

Nessa ótica da importância das relações familiares com a criança, Jacques GÉLIS vai destacar que tais relações eram muito importantes, pois todos compartilhavam em tudo, ou seja, um dependia do outro: “nesse imaginário da vida e do corpo, a criança era considerada um rebento do tronco comunitário, uma parte do grande corpo coletivo que, pelo engaste das gerações, transcendia o tempo. Assim, pertencia à linhagem tanto quanto aos pais. Neste sentido, era uma criança ‘pública’.” (GÉLIS, 1991, p. 313).

Diante disso, observa-se que a presença da criança no seio familiar era muito significativa, pois ela marca a sucessão parental e, sendo ela considerada pública, evidenciava-se a preocupação que a família tinha em garantir a sobrevivência da criança e, principalmente, sua educação, pois, influenciada pelos familiares ou vizinhos, a infância era uma época de aprendizagens: “as aprendizagens da infância e da adolescência deviam, pois, ao mesmo tempo fortalecer o corpo, aguçar os sentidos, habilitar o indivíduo a superar os revezes da sorte e, principalmente, a transmitir também a vida, a fim de assegurar a continuidade da família” (GÉLIS, 1991, p. 315). Diante deste contexto, o pai e a mãe seriam os responsáveis por esta primeira educação, diferente do que ARIÈS destaca em sua pesquisa – a família e principalmente a mãe não possuiriam a sensibilidade ou o apego pelos seus filhos.

Assim, não podemos generalizar afirmando que toda a sociedade medieval – pais, mães, enfim todos que habitavam com as crianças – visse as crianças apenas como servidora e sujeito produtivo, numa perspectiva utilitária da infância, nem que todo o sentimento, no caso, o amor, envolvido nestas relações ficasse alheio a elas ou não existisse. Quanto a isso, o autor vai dizer que “a indiferença medieval pela criança é uma fábula e, no século XVI, como vimos, os pais se preocupavam com a saúde e a cura de seu filho. Assim, devemos interpretar a afirmação do “sentimento da infância” no século XVIII.” (GÉLIS⁴ apud KUHLMANN JR, 1998, p. 23).

Sendo a educação ou a institucionalização da criança responsabilidade da família, percebe-se que os filhos são frutos da possibilidade da ascensão social. Pais enxergam através de seus filhos a possibilidade da administração dos bens familiares e, conseqüentemente, a ampliação dessa possessão. A educação seria, pois, o cerne desse processo de elevação. Observa-se que, mesmo que as crianças ricas tivessem alguns privilégios com relação à sua educação, as crianças das classes populares possuíram também proteção, mesmo não sendo especificadamente da família: “se é difícil encontrar registros das classes populares, há um amplo conjunto de documentos no âmbito da vida pública, envolvendo as iniciativas destinadas ao atendimento aos pobres e aos trabalhadores.” (KUHLMANN JR, 1998, p. 25).

⁴ GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 311 - 329. (Coleção História da Vida Privada, v.3).

Neste sentido, o sentimento da afetividade dos pais pela criança parece ser expressivo. Ainda que o amor materno seja um fator muito particular de cada mulher, é inegável que a capacidade de gerar filhos só é possível a ela. Entretanto, o cuidar das crianças ou a preocupação com sua educação passa a ser uma das responsabilidades atribuídas à mulher em uma sociedade que emerge. Nesse contexto, concordamos com GÉLIS quando ele aponta que “por certo, ‘a natureza’ continua a falar em favor do filho criado pela mãe; porém esta tem apenas deveres; doravante pretende ter também o direito de viver e recebe a aprovação do marido quando manifesta o desejo de manter um corpo íntegro e atraente” (GÉLIS, 1991, p. 321). Portanto, as referências nos indicam que vínculos foram estabelecidos, pois seria improvável que os adultos ficassem tantos séculos entorpecidos sem manifestarem qualquer sentimento pelas crianças.

Apontamentos finais

Acredito que, mesmo com as novas pesquisas que referenciam a infância, ainda temos dificuldades de entender o feito particular da criança, pois sabemos que a sua história é construída pelo adulto: seus valores, suas aprendizagens e experiências estabelecem-se a partir dessas relações.

No início do estudo, a afirmação atribuída a ARIÈS – o sentimento de infância surge somente no século XVII – e a afirmação de que a infância teria sido esquecida, sendo a criança remetida a um lugar pouco significativo na sociedade, são referências que nos permitem pensar em um tempo sem criança. Partindo deste pressuposto, tornou-se estimulante e significativo sistematizar algumas considerações sobre a infância, principalmente através da contribuição de outros teóricos sobre a questão, apontando a importância da criança nas relações sociais e discutindo o surgimento social da infância.

Os pontos mais instigantes sobre os teóricos que discutem a concepção da infância com ARIÈS nos parecem ser a preocupação com o lugar que as crianças ocupavam no seio da família e a tentativa de elucidar essa existência social. Nas famílias abastadas, evidencia-se como “modismo” dar a criança para outra família cuidar e educar. Será que o mesmo ocorria nas famílias mais pobres? Mesmo nas famílias mais simples, a preocupação da mãe em dar seu filho para outro criar não possibilitaria pensar que o cuidado com a vida da criança poderia se estabelecer também nessas ações? A volta da criança aos sete anos ao núcleo da família poderia ser interpretada como um retorno a pessoas estranhas? Se a criança fosse educada por uma família que não era a sua e voltasse mais tarde com costumes e valores vivenciados por outro grupo, não estariam aí sendo construídos vínculos com outra família? Neste sentido, pode-se concluir que a criança, mesmo estando separada, estabelece vínculos com outras pessoas, ainda que não seja sua família biológica, vínculos de aprendizado, afetividade e convivência. Por outro lado, temos a própria família que, ao permitir a saída da criança, poderia estar pensando em melhorar suas condições de vida. Então, parece-nos ser improvável que o sentimento do amor pelas crianças não existisse, pois, formal ou informalmente, esta criança vivia dentro de um contexto familiar.

Outro aspecto significativo relaciona-se à preparação da criança para o futuro adulto, quando a perspectiva do *vir a ser* foi propagada como forma de garantir a sobrevivência em tempos tão incertos. Nesse sentido, seria necessário que a criança fosse a imitação de seus pais. Assim, percorrendo as transformações históricas, temos a infância rica, que foi registrada nos anais da história, e a infância pobre, que foi esquecida dos mesmos. Histórias de meninos bem educados, precoces, doutrinados e “outros livres”, percorrendo as ruas e seguindo o modelo do pai trabalhador, mostrando que, tanto a infância rica quanto a pobre criaram espaços e estabeleceram suas regras a partir das práticas com os adultos.

Essa discussão nos remete à necessidade de pesquisas na área que possam aprofundar e elucidar as questões da infância e as suas transformações, principalmente no que diz respeito às concepções da condição da criança enquanto ser social, sujeito ativo, uma criança concreta que ocupa um lugar na história através de relações sociais que se estruturam a cada dia. Dessa forma, “pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico, e isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico. Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos.” (KUHLMANN JR, 1998, p. 33).

Nesse contexto, o estudo não termina. Há uma grande preocupação de estudiosos em desvendar os caminhos da infância na atualidade, com todas as suas implicações. Temos registros de meninos e meninas com suas histórias marcantes e presenciamos a infância de muitas dessas crianças que vivem à margem da sociedade, experimentando o abandono, os maus-tratos, a pobreza, sendo exploradas no trabalho infantil, na mídia, no abuso precoce da sua sexualidade e nas tentativas de “modelagem” à imagem e semelhança do adulto. Vemos crianças que já lutam pela sobrevivência, por uma vida digna e uma educação básica de qualidade. E também as crianças “presas em castelos-condomínios”, rodeadas por *videogame*, computadores, televisão, supervisionadas constantemente por babás e professoras interessadas em efetivar uma educação restrita aos seus padrões sociais.

Enfim, nessa multiplicidade de histórias, conhecer as particularidades de cada criança e compreender suas necessidades e reconhecer sua existência concreta é o grande desafio que nós, adultos, temos que enfrentar, promovendo a transformação da vida da infância a partir dos nossos relacionamentos, pois a história está aí para ser construída por todos os envolvidos e por aqueles que acreditam que a criança foi e será sempre agente de mudanças.

Referências

ABRAMOVICH, F. (Org.). *O mito da infância feliz: antologia*. São Paulo: Summus, 1983 (Coleção Novas Buscas em Educação, vol. 16).

- ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- BATINDER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- DEL PRIORE, M. (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.
- FARIA, A. L. G; DEMARTINI, Z. B. F; PRADO, P. D. (Orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- GAGNEBIN, J. M. Infância e pensamento. In: GHIRALDELL, P. (Org.). *Infância, escola e maternidade*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 82-100.
- GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÉS, P.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 311-329 (Coleção História da Vida Privada, v.3).
- KHISCHIMOTO, T. M. *A Pré-escola em São Paulo (1877 a 1941)*. São Paulo: Loyola, 1988.
- KUHLMANN, JR.M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MONARCHA, C. (Org.). *Educação da infância brasileira (1875-1983)*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- OLIVEIRA, M. C. S. *Lembranças de infância: que história é esta?* (Dissertação de Mestrado). Piracicaba: UNIMEP, 1999.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Grafhia, 1999.
- ROSEMBERG, F. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1995.